

DISSERTAÇÃO

A URGÊNCIA DO COMBATE À CULTURA DO ESTUPRO

O estupro, tal como tipificado no Código Penal, é crime que decorre de um processo consciente de intimidação da mulher pelo homem, a qual se mantém em estado de medo. Entretanto, grande parte dos casos de estupro acontece nos limites da casa e, infelizmente, ainda há quem, insensato ao extremo, considere que a mulher estuprada seja corresponsável pelo crime, ao vestir-se com roupas curtas. Soma-se a isso a naturalização do estupro marital, quando, em nome do conceito ultrapassado em torno do “débito conjugal”, a esposa tem de se submeter ao sexo forçado. Assim, tal cenário deflagra a selvagem cultura do estupro, inconcebível na contemporaneidade, a qual precisa ser urgentemente combatida.

Nesse sentido, resgata-se “Preciosa – Uma história de esperança”, longa que é referência quando se fala em estupro: a protagonista é vítima dos abusos do próprio pai, engravida e contrai HIV. Com efeito, toda vez que um estupro é focalizado, tanto na TV quanto no cinema, a comoção pública se acende. Porém tais crimes acontecem todos os dias, embora a maioria deles não seja denunciada. Segundo estatísticas da ONG Avaaz, estupros, não raras vezes, acontecem dentro do ambiente doméstico e, nessas situações, quase sempre, o estuprador fica impune por falta de denúncia. Outra parte dos crimes, que até resulta em processo penal, é arquivada, porque faltam provas que condenem o estuprador, pois muito dificilmente a vítima pode comprovar o crime, ainda mais porque, absurdamente, ela é tida como “sedutora”, quando se veste com roupas tipicamente tropicais, isto é, com vestimenta curta.

Além disso, há os casos de estupro marital, endossado pela visão machista e animalesca de certos homens, que fazem das respectivas esposas um mero objeto de prazer. Nesse caso, lamentavelmente, ocorre a naturalização do estupro, uma vez que ainda ressoa, apesar de racionalmente ultrapassada, a ideia de que cabe à mulher satisfazer sexualmente o desejo do marido, mesmo que ela não esteja predisposta a isso. Nesse ínterim, é preciso salvaguardar que relações sexuais devem ser, por óbvio, consensuais – o contrário disso é crime.

Portanto, para desconstruir a cultura do estupro, é preciso que as Secretarias de Estado de Justiça e Segurança Pública, por meio de apelo a ser veiculado nas redes sociais, uma vez que são canais de grande alcance midiático, desenvolva campanhas para a conscientização social a respeito da necessidade de fomentar a denúncia de casos ou tentativas não só de estupro, como também de quaisquer outras violências domésticas. Para tanto, é preciso divulgar o Disque Denúncia Unificado (DDU) 181, contato direto, gratuito e sigiloso, a serviço da sociedade. Isso deve ser feito para que sejam resguardados e efetivados os direitos humanos, balizadores da integridade da vida.

Por Gislaine Buosi

Estrutura dissertativa:

Apresentação do tema;

Antecipação do primeiro argumento;

Antecipação do segundo argumento;

Tese;

Repertório e desenvolvimento do primeiro argumento;

Desenvolvimento do segundo argumento;

Proposta de intervenção social.